

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA P₁ --

Questão 1

Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, o Conselho de Segurança Pública é órgão com funções

- Ⓐ deliberativas e fiscalizadoras, goza de autonomia administrativa e financeira, e dispõe da dotação orçamentária que lhe seja diretamente vinculada.
- Ⓑ consultivas e deliberativas, tem autonomia administrativa e financeira, e dispõe da dotação orçamentária que lhe seja diretamente vinculada.
- Ⓒ consultivas e deliberativas, tem autonomia administrativa e financeira, e goza de iniciativa para sua proposta orçamentária.
- Ⓓ consultivas e fiscalizadoras, goza de autonomia administrativa e financeira, e dispõe da dotação orçamentária que lhe seja diretamente vinculada.
- Ⓔ consultivas e fiscalizadoras, tem autonomia administrativa e financeira, e goza de iniciativa para sua proposta orçamentária.

Questão 2

Se determinado estado da Federação publicar lei que trate de procedimento em matéria processual, ela será

- Ⓐ constitucional, por tratar de matéria legislativa concorrente da União, dos estados e dos municípios.
- Ⓑ inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa exclusiva da União.
- Ⓒ inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa concorrente da União e do Distrito Federal.
- Ⓓ constitucional, por tratar de matéria legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- Ⓔ constitucional, caso estabeleça normas específicas sobre o tema e já exista lei da União estabelecendo suas normas gerais.

Questão 3

Conforme previsto na Constituição do Estado do Ceará, o Ministério Público nesse estado possui estrutura organizacional com as curadorias

- Ⓐ da segurança pública, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e de ausentes e incapazes.
- Ⓑ do meio ambiente, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e de ausentes e incapazes.
- Ⓒ do meio ambiente, da segurança pública, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e de ausentes e incapazes.
- Ⓓ do meio ambiente, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e da segurança pública.
- Ⓔ do meio ambiente, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, da segurança pública e de ausentes e incapazes.

Questão 4

Considere que as condutas apresentadas nos itens a seguir tenham sido praticadas de maneira intencional.

- I Frederico ofereceu a um agente público, indiretamente, benefício indevido, em proveito de outra pessoa, a fim de que o agente público se abstivesse de praticar um ato no desempenho de suas funções oficiais.
- II Josias, agente público, aceitou benefício indevido para si, a fim de se abster de praticar um ato no desempenho de suas funções oficiais.
- III Emílio, servidor da administração pública indireta, nomeou seu cônjuge para o exercício de cargo em comissão na mesma pessoa jurídica em que é lotado.

A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que são previstas como infrações penais na Convenção de Palermo as condutas de

- Ⓐ Frederico, Josias e Emílio.
- Ⓑ Frederico e Josias, somente.
- Ⓒ Josias e Emílio, somente.
- Ⓓ Emílio, somente.
- Ⓔ Josias, somente.

Questão 5

A Constituição do Estado do Ceará prevê que o desenvolvimento de atividades educativas de proteção ao meio ambiente é atribuição

- Ⓐ da Polícia Militar, somente.
- Ⓑ do Corpo de Bombeiros Militar, somente.
- Ⓒ da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.
- Ⓓ da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, somente.
- Ⓔ da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, somente.

Questão 6

No início de determinada sessão legislativa, uma proposta de emenda constitucional (PEC) e um projeto de lei (PL) foram rejeitados.

Na situação apresentada, segundo a Constituição Federal de 1988, ainda na mesma sessão legislativa,

- Ⓐ as matérias constantes da PEC e do PL poderão ser objeto de novas propostas, desde que apresentadas por 2/3 dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- Ⓑ as matérias constantes da PEC e do PL poderão ser objeto de novas propostas, desde que apresentadas pela maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- Ⓒ as matérias constantes da PEC e do PL não poderão ser objeto de novas propostas.
- Ⓓ a matéria constante da PEC, mas não a do PL, pode ser objeto de nova proposta, desde que apresentada pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- Ⓔ a matéria constante do PL, mas não a da PEC, pode ser objeto de nova proposta, desde que apresentada pela maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

Questão 7

A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe

- A** condiciona-se ao requisito de que a pretensão veiculada seja do interesse de toda a categoria.
- B** independe de autorização dos seus associados.
- C** condiciona-se ao requisito de a entidade estar constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- D** depende da autorização de 2/3 dos seus associados.
- E** depende da autorização da maioria absoluta dos seus associados.

Questão 8

Ana, pessoa idosa, passou a ter incapacidade civil absoluta; Maria, com 21 anos de idade, passou a ter incapacidade civil absoluta; Lúcio, chileno naturalizado brasileiro, teve sua naturalização cancelada por sentença transitada em julgado.

Em relação aos direitos políticos das citadas pessoas nas situações apresentadas, é correto afirmar que

- A** Ana e Lúcio tiveram seus direitos políticos cassados.
- B** Lúcio teve seus direitos políticos suspensos.
- C** Ana e Lúcio tiveram seus direitos políticos suspensos.
- D** Lúcio perdeu seus direitos políticos.
- E** Maria e Lúcio tiveram seus direitos políticos cassados.

Questão 9

De acordo com a Constituição Federal de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão,

- A** a ação de grupos armados contra a ordem constitucional.
- B** o tráfico ilícito de entorpecentes.
- C** a prática de racismo.
- D** o terrorismo.
- E** a prática de tortura.

Questão 10

A Convenção de Mérida prevê que cada Estado-parte, quando for apropriado e de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, procure adotar sistemas de convocação, contratação, retenção, promoção e aposentadoria de funcionários públicos e, quando proceder, de outros funcionários públicos não empossados, ou manter e fortalecer tais sistemas, os quais devem estar baseados em princípios de

- A** eficiência e transparência.
- B** moralidade e transparência.
- C** legalidade e eficiência.
- D** moralidade e impessoalidade.
- E** legalidade e impessoalidade.

Questão 11

Acerca da realização de exame psicotécnico em concursos públicos, julgue os próximos itens, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

- I** De acordo com o STF, admite-se a realização de exame psicotécnico em concursos públicos, desde que a lei da carreira expressamente o preveja como requisito para acesso ao cargo.
- II** Para que a exigência do exame psicotécnico seja válida, é necessária sua previsão tanto no edital do concurso público quanto em lei em sentido amplo.
- III** De acordo com o STJ, os critérios de avaliação do exame psicotécnico devem ser objetivos.
- IV** Deve haver possibilidade de o candidato interpor recurso contra o resultado do exame psicotécnico.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 12

A respeito do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a opção correta de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF.

- A** Não é possível que prova produzida em PAD declarado nulo seja aproveitada para a instrução de novo PAD, ainda que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- B** No ato de instauração do PAD, a autoridade instauradora deve nomear advogado para que este apresente a defesa técnica do servidor público, caso contrário haverá ofensa à Constituição Federal de 1988.
- C** No ato de instauração do PAD, o servidor público deve nomear advogado para que este ofereça sua defesa técnica, para fins de garantia da ampla defesa e do contraditório.
- D** A falta de defesa técnica por advogado não ofende o princípio da ampla defesa, previsto na Constituição Federal de 1988.
- E** A falta de intimação do servidor público após a apresentação do relatório final pela comissão processante configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa.

Questão 13

Em relação à tomada de decisão coordenada em processo administrativo federal, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 9.784/1999.

- A** A decisão coordenada é aplicável a processos administrativos federais de licitação relacionados ao poder sancionador ou em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
- B** A decisão coordenada poderá ser tomada sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- C** A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou atividade envolvida.
- D** Decisão coordenada é aquela tomada quando da atuação compartilhada entre instâncias de natureza interinstitucional ou intersetorial com a finalidade de incrementar a complexidade do processo administrativo.
- E** Devem participar da decisão coordenada em processo administrativo federal todas as autoridades e agentes decisórios, excluindo-se os responsáveis pela instrução técnico-jurídica do processo em questão.

Questão 14

Considerando as disposições da Lei n.º 9.784/1999 acerca do benefício da prioridade de tramitação em processo administrativo federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os autos dos processos administrativos dos beneficiários da prioridade de tramitação devem receber identificação própria que evidencie a tramitação prioritária.
- Ⓑ A autoridade administrativa não é obrigada a determinar providências relacionadas à prioridade de tramitação em procedimentos administrativos em que figurem pessoas vulneráveis, podendo ser aplicado o juízo de conveniência e oportunidade.
- Ⓒ O citado benefício é garantido ao interessado com diagnóstico de HIV devidamente emitido pela medicina especializada, salvo se o diagnóstico da doença for dado no decurso do processo.
- Ⓓ O rol de possíveis beneficiários da prioridade na tramitação de processo administrativo limita-se a pessoas com deficiência, física ou mental, e pessoas com idade superior a 60 anos.
- Ⓔ A pessoa interessada no benefício em questão não é obrigada a juntar prova de sua condição, pois esse ônus é da administração pública.

Questão 15

Um delegado de polícia foi condenado por ter cometido, de forma culposa, ato de improbidade administrativa que causou dano ao erário. A conduta foi praticada antes da vigência da Lei n.º 14.230/2021, que alterou a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Após a prolação da decisão condenatória e antes do seu trânsito em julgado, o STF fixou várias teses no Tema 1.199, de repercussão geral, tendo estabelecido os critérios que devem ser observados para a tipificação de atos de improbidade.

Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência aplicável do STF, julgue os itens a seguir.

- I Se a condenação houver apontado culpa gravíssima na responsabilidade subjetiva, o delegado de polícia continuará responsabilizado pelo ato de improbidade administrativa.
- II O delegado de polícia poderá ser beneficiado pela retroatividade da norma benéfica, prevista na Lei n.º 14.230/2021, uma vez que não houve o trânsito em julgado da decisão condenatória.
- III Deverá ser aplicado ao processo o novo regime prescricional de 8 anos previsto na Lei n.º 14.230/2021, que deve ser observado imediatamente, conforme o princípio do *tempus regit actum*.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 16

Com base no entendimento do STJ acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

- Ⓐ É indevida indenização por expropriação de imóvel adquirido após a imposição de limitação administrativa, pois se presume que as restrições de uso e gozo da propriedade já tenham sido consideradas na fixação do preço do imóvel.
- Ⓑ No ato de tombamento geral, devem constar individualizados os bens abarcados pelo tomo, pois as restrições não se estendem à totalidade dos imóveis situados na área tombada.
- Ⓒ Qualquer construção acrescida ao conjunto arquitetônico tombado deverá ser demolida, mesmo se inexistir ofensa à harmonia estética.
- Ⓓ Será devida, em regra, indenização por limitação administrativa ao direito de edificar advinda da criação de área *non aedificandi*, mesmo que não fique demonstrado prejuízo causado ao proprietário.
- Ⓔ O tombamento do Plano Piloto de Brasília está restrito à sua estrutura física, não abrangendo seu singular conceito paisagístico e urbanístico.

Questão 17

De acordo com o entendimento do STJ em relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo não caracteriza dano presumido, devendo ser demonstrado o prejuízo em concreto.
- Ⓑ A União perderá o domínio das terras devolutas situadas em faixas de fronteira e indispensáveis à defesa destas se houver inércia ou tolerância em relação aos possuidores ou detentores, nos casos de concessão pelos estados.
- Ⓒ Os bens pertencentes às sociedades de economia mista sujeitos a destinação pública estão suscetíveis à prescrição aquisitiva.
- Ⓓ Imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) não está afetado à prestação de serviço público e, por isso, não deve ser tratado como bem público; logo, está sujeito à usucapião.
- Ⓔ É possível a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tenha sido instituída a enfiteuse, por não ter havido prejuízo ao Estado com a mera substituição do enfiteuta pelo usucapiante.

Questão 18

Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta conforme o entendimento do STJ.

- Ⓐ Posterior homologação ou adjudicação do objeto licitado implica, automaticamente, a perda do interesse processual de ação em que se alegam nulidades no certame licitatório.
- Ⓑ É admissível a participação, em certame licitatório, de empresa em cujo quadro de pessoal haja servidor público efetivo ou comissionado do órgão contratante, caso tal servidor esteja de licença à época do certame.
- Ⓒ No caso de concessão de serviço público por meio de contrato de caráter precário, é cabível a prorrogação indefinida desse contrato, sem necessidade de realização de certame licitatório.
- Ⓓ Mesmo havendo nulidade contratual decorrente de ausência de licitação, a administração pública deve pagar pelos serviços efetivamente prestados, exceto nos casos de má-fé do contratado ou de ele haver concorrido para a nulidade.
- Ⓔ Não se consubstancia dano presumido ao erário no âmbito de contratação direta, mesmo que não caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Questão 19

Assinale a opção correta na que se refere ao entendimento do STJ acerca do PAD.

- A A mera ausência do servidor acusado ou de seu procurador gera nulidade da colheita de depoimento de testemunha, mesmo que um deles tenha sido intimado sobre a realização de audiência no PAD.
- B Se o interrogatório deixar de ocorrer por contribuição do próprio investigado, não será caracterizado o cerceamento de defesa, ante a impossibilidade de ele se favorecer de uma nulidade a que ele próprio deu causa.
- C Se o advogado constituído para a oitiva de testemunhas não for intimado, haverá nulidade do PAD, mesmo que o servidor investigado tenha sido intimado.
- D É necessária a intimação pessoal do servidor da decisão proferida no PAD, mesmo se este for representado por advogado, sendo insuficiente a publicação no Diário Oficial.
- E Haverá cerceamento de defesa no PAD se a oitiva de testemunha deixar de ser realizada ante a ausência da testemunha, mesmo quando intimada para a audiência.

Questão 20

De acordo com a Lei n.º 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), assinale a opção correta.

- A Compete à lei orgânica da polícia civil de cada estado, de iniciativa do respectivo governador, estabelecer regras específicas sobre diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária, devendo ser observadas as normas gerais previstas na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.
- B Em caso de morte de servidor policial, seus dependentes apenas farão jus a pensão vitalícia se a morte houver decorrido de doença ocupacional ou do exercício da função policial, sendo a pensão equivalente à remuneração do cargo da classe e do nível mais elevados à época do falecimento.
- C Caso seja aplicada a penalidade de demissão no âmbito de processo disciplinar contra policial civil, ser-lhe-á garantido o direito de interpor recurso diretamente ao chefe do Poder Executivo.
- D Em virtude da atividade de risco exercida, o policial civil pode ser promovido, de forma póstuma, à classe superior, desde que haja vaga disponível.
- E As policiais civis femininas tem garantia de retorno e permanência na mesma lotação durante um ano após o retorno de licença-maternidade.

Questão 21

Assinale a opção correta na que se refere à teoria da imputação objetiva no direito penal.

- A Consoante os fundamentos dessa teoria, a imputação objetiva é incompatível com crimes culposos.
- B Nessa teoria, dispensa-se a relação de causalidade para a atribuição de responsabilidade penal.
- C Na imputação objetiva, exige-se apenas a comprovação de nexos causal para a responsabilização penal do agente.
- D A referida teoria fundamenta-se na criação ou no incremento de risco juridicamente proibido para a imputação penal.
- E Segundo essa teoria, é irrelevante o risco permitido na análise do fato típico.

Questão 22

Em relação às escolas penais e a sua evolução histórica e metodológica, assinale a opção correta.

- A A escola técnico-jurídica, cujo maior expoente foi Cesare Lombroso, rejeitou qualquer forma de construção lógico-dedutiva ao conceber o delito exclusivamente como ente natural e estatístico, e excluiu do seu sistema o princípio da culpabilidade.
- B A escola moderna alemã, fundada por Carrara e Pessina, inaugurou a dogmática penal com ênfase no direito penal mínimo e defendeu a abolição da pena privativa de liberdade e sua substituição por sanções meramente preventivas.
- C A escola clássica, ainda que tenha defendido o princípio da responsabilidade moral, baseava-se em métodos empíricos de observação e análise estatística, fundando suas conclusões na psicologia criminal e na periculosidade do agente.
- D A escola positivista, apesar de seu forte vínculo com o determinismo biológico e social, consagrou a noção de pena retributiva como instrumento de justiça moral e universal, mantendo vínculo com o livre-arbítrio do agente.
- E A terceira escola, também chamada de escola eclética, buscou superar o antagonismo entre as escolas clássica e positiva, mantendo a estrutura dogmática da imputabilidade e introduzindo as medidas de segurança para os inimputáveis.

Questão 23

O princípio da insignificância

- A é inaplicável a crimes tributários federais.
- B é aplicável, de forma irrestrita, aos crimes contra a administração pública.
- C sempre exclui a culpabilidade do agente.
- D é inaplicável a crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- E é inaplicável a crimes ambientais, segundo a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

Espaço livre

Questão 24

Assinale a opção correta, considerando a interpretação sistemática do Código Penal, bem como a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

- Ⓐ O limite máximo de 40 anos para o cumprimento sequencial ou cumulativo das penas privativas de liberdade, estabelecido pelo Código Penal, permanece inalterável e absoluto mesmo diante da eventualidade de novas condenações por crimes cometidos após o início do cumprimento da pena originária, devendo sempre ser contabilizado o tempo já cumprido pelo sentenciado.
- Ⓑ A inexistência, em decisão judicial, de determinação expressa de suspensão ou revogação do livramento condicional, caso transcorrido integralmente o período de prova, não autoriza, por si só, a declaração judicial da extinção da punibilidade em razão do integral cumprimento da pena.
- Ⓒ Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos de idade configura o crime de estupro de vulnerável, independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual.
- Ⓓ A multa prevista na legislação penal caracteriza-se como sanção cuja prestação em dinheiro deve ser obrigatoriamente revertida à vítima ou a seus dependentes legais, sendo o valor pago considerado crédito a ser abatido, posteriormente, da quantia eventualmente fixada em ação civil indenizatória decorrente do mesmo fato.
- Ⓔ Tal como sucede com a reincidência, revela-se juridicamente inadmissível, para fins de valoração negativa dos antecedentes na primeira fase da dosimetria da pena, a utilização de condenações cujas penas tenham sido integralmente extintas há mais de cinco anos em relação à nova infração penal, sob pena de violação ao princípio da proporcionalidade e à regra depuradora prevista no inciso I do art. 64 do Código Penal.

Questão 25

Acerca do concurso aparente de normas penais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os princípios que embasam as normas penais não são suficientes para resolver adequadamente o concurso aparente entre crime-meio e crime-fim.
- Ⓑ Segundo o princípio da especialidade, diante da impossibilidade de aplicação da norma mais grave, aplica-se a norma menos grave.
- Ⓒ O princípio da alternatividade é aplicável a infrações penais de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- Ⓓ Aplica-se o princípio da subsidiariedade apenas quando expressamente previsto em lei.
- Ⓔ O princípio da consunção jamais é aplicável a crimes contra bens jurídicos distintos.

Questão 26

No que se refere à omissão penalmente relevante, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em se tratando dos crimes omissivos próprios, a norma constante do tipo penal é de natureza proibitiva.
- Ⓑ A relevância da omissão depende exclusivamente da gravidade do resultado.
- Ⓒ Qualquer omissão será considerada penalmente relevante se resultar em dano.
- Ⓓ A omissão será penalmente relevante quando o agente, encontrando-se em posição de garantidor, deixar de agir, podendo fazê-lo, desde que tal omissão seja causa adequada do resultado, segundo juízo normativo de imputação.
- Ⓔ Somente a omissão dolosa é considerada penalmente relevante.

Questão 27

Pedro, brasileiro residente no exterior, cometeu, fora do território brasileiro, crime de genocídio contra um grupo religioso e, posteriormente, retornou ao Brasil.

Nessa situação hipotética, Pedro

- Ⓐ não poderá ser julgado no Brasil, pois o país não é signatário de tratado sobre genocídio.
- Ⓑ não poderá ser julgado no Brasil, pois o crime não foi cometido em território nacional.
- Ⓒ poderá ser julgado no Brasil, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.
- Ⓓ poderá ser julgado no Brasil desde que o crime também seja punível no país onde foi praticado.
- Ⓔ poderá ser julgado no Brasil se o país onde ocorreu o crime não exercer sua jurisdição.

Questão 28

Em relação à prescrição penal, a seus termos iniciais e a suas causas suspensivas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos crimes em geral, incluídos os permanentes, o termo inicial do prazo prescricional coincide com o recebimento da denúncia ou da queixa.
- Ⓑ O curso do prazo prescricional fica suspenso enquanto pender, em processo diverso, controvérsia judicial cuja resolução seja condição lógica ou jurídica para o reconhecimento da própria existência do crime imputado.
- Ⓒ O prazo da prescrição da pretensão punitiva, nos crimes cuja consumação se prolongue no tempo, inicia-se a partir da ciência da infração pela autoridade policial.
- Ⓓ A prescrição da pretensão executória não será suspensa durante o tempo em que o condenado estiver preso por motivo diverso.
- Ⓔ O prazo prescricional, antes do trânsito em julgado da sentença, mantém-se em curso durante o cumprimento de pena pelo agente no estrangeiro.

Questão 29

Durante o velório e sepultamento de uma pessoa pública de relevância nacional, com a presença de familiares e a cobertura da imprensa, um dos presentes aproximou-se do caixão e, de forma deliberada, fotografou o cadáver, que estava exposto. Posteriormente, ele divulgou as fotografias nas redes sociais, com legenda e comentários depreciativos, fazendo piadas acerca da aparência do falecido e incitando zombarias em larga escala.

Na situação hipotética precedente, a conduta narrada caracteriza crime

- Ⓐ contra o sentimento religioso, haja vista o ataque à realização do funeral, em razão da ridicularização do falecido por sua aparência.
- Ⓑ de vilipêndio a cadáver, dada a manifestação de desprezo público à memória e dignidade da pessoa morta, em afronta ao sentimento coletivo de respeito aos mortos.
- Ⓒ de calúnia contra os mortos, pois ofende o decoro do falecido.
- Ⓓ de injúria real, na medida em que a manifestação ofensiva é dirigida à honra subjetiva dos familiares da vítima.
- Ⓔ de difamação, uma vez que atinge a reputação do falecido perante terceiros, independentemente da veracidade das imagens divulgadas.

Questão 30

Com base na interpretação sistemática do Código Penal e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para a configuração do crime de dano qualificado ao patrimônio público, quando praticado por preso para facilitar a fuga do estabelecimento prisional, é prescindível a demonstração do dolo específico de causar prejuízo ao bem público.
- Ⓑ A mera utilização de arma de fogo de uso permitido sem autorização como meio executório do homicídio doloso enseja, por si só, a incidência do homicídio qualificado.
- Ⓒ Não é possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre o crime de apropriação indébita previdenciária e o de sonegação previdenciária quando praticados na administração de empresas distintas, ainda que pertencentes ao mesmo grupo econômico.
- Ⓓ O agente que seja reincidente no crime de furto qualificado pela utilização de explosivo ou artefato análogo cuja potencialidade cause perigo comum e cumpra pena apenas por esse crime não terá direito a livramento condicional, em razão de expressa vedação normativa.
- Ⓔ No crime de extorsão, a ameaça exercida com o fim de obter a indevida vantagem econômica deve consubstanciar grave dano à vítima ou a terceiro, não sendo típico o fato caso haja somente ameaça de dano aos bens da vítima.

Questão 31

Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio do direito processual penal que estabelece que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, bem como que impede a criação de tribunais de exceção.

- Ⓐ princípio da persuasão racional do juiz
- Ⓑ princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade
- Ⓒ princípio do juiz natural
- Ⓓ princípio do devido processo legal
- Ⓔ princípio do contraditório

Questão 32

Na ação penal de iniciativa privada, o Ministério Público (MP)

- Ⓐ pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime somente no caso de incapacidade do querelante e ocorrência de conflito de interesse entre este e seu representante legal.
- Ⓑ pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime desde que o querelante desista da ação penal após o recebimento da queixa, caso em que o MP assume a titularidade da ação penal.
- Ⓒ não pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime oferecida pelo querelante.
- Ⓓ pode, em qualquer caso, oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime oferecida pelo querelante.
- Ⓔ pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime somente se ficar comprovada incapacidade do querelante.

Questão 33

A arguição da exceção de litispendência nos crimes de ação penal pública incondicionada

- Ⓐ deve ser apresentada pelo acusado, dentro do prazo da defesa prévia, ou pelo MP, até o oferecimento das alegações finais.
- Ⓑ é incabível.
- Ⓒ deve ser apresentada pela defesa do acusado somente até as alegações finais.
- Ⓓ pode ser apresentada, a qualquer tempo, pela defesa do acusado e pelo MP, ou reconhecida de ofício pelo juízo.
- Ⓔ deve ser apresentada necessariamente pela defesa do acusado, dentro do prazo da defesa prévia.

Questão 34

João foi preso em flagrante delito pela prática de dois crimes (A e B) em concurso material. A competência para processamento e julgamento do crime A é da justiça comum, estando o agente sujeito à pena de um a três anos de detenção; e o processamento e julgamento do crime B são de competência do juizado especial criminal, sendo prevista pena de seis meses a dois anos de detenção. Ambos os crimes praticados são afiançáveis.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP) e a Lei n.º 9.099/1995, a autoridade policial deverá lavrar

- Ⓐ auto de prisão em flagrante referente aos dois crimes, sendo-lhe permitido arbitrar fiança para o agente somente quanto ao crime B.
- Ⓑ auto de prisão em flagrante referente aos dois crimes, sendo-lhe permitido arbitrar fiança para o agente quanto a ambos.
- Ⓒ auto de prisão em flagrante quanto ao crime A, sem, contudo, poder arbitrar fiança para o agente no que diz respeito a esse crime; e termo circunstanciado de ocorrência quanto ao crime B.
- Ⓓ auto de prisão em flagrante quanto ao crime A, podendo arbitrar fiança para o agente no que diz respeito a esse crime; e termo circunstanciado de ocorrência quanto ao crime B.
- Ⓔ auto de prisão em flagrante referente aos dois crimes, sem, contudo, poder arbitrar fiança para o agente quanto a nenhum deles.

Questão 35

Mário praticou crime de estupro contra Gustavo, tendo-lhe causado danos de ordem moral e material. Após o regular processamento da ação penal pelo crime citado, o juiz proferiu a sentença penal condenatória, porém Mário, condenado, interpôs recurso de apelação contra a referida sentença. Ao analisar a apelação, o tribunal manteve a decisão do juiz de 1.ª instância, tendo a sentença transitado em julgado.

Nessa situação hipotética, caso Gustavo pretenda pleitear a reparação dos danos por ele sofridos, será cabível a propositura de

- Ⓐ ação civil de conhecimento perante o tribunal que julgou o recurso de apelação da ação penal condenatória, requerendo-se a condenação de Mário pelos danos causados a Gustavo.
- Ⓑ ação civil de conhecimento perante o juízo criminal que condenou Mário pelo crime de estupro, na qual deverá ser requerida a condenação de Mário pelos danos causados a Gustavo.
- Ⓒ ação de execução *ex delicto* perante o juízo cível, podendo o valor da execução ser fixado pela sentença penal condenatória, sem prejuízo dos demais danos apurados em liquidação de sentença.
- Ⓓ ação de execução *ex delicto* perante o juízo cível, desde que a sentença penal condenatória tenha estabelecido o limite total dos danos causados a Gustavo.
- Ⓔ ação civil de conhecimento perante o juízo criminal que condenou Mário pelo crime de estupro, na qual deverá ser indicado o limite total dos danos por suportados por Gustavo.

Questão 36

Durante audiência de instrução e julgamento na qual se apurava um crime de estelionato, o juiz colheu o depoimento de apenas duas testemunhas de acusação, pois a defesa não havia arrolado testemunhas para o ato de audiência. Nos seus depoimentos, as testemunhas não confirmaram a autoria do delito, entretanto, durante o interrogatório do acusado, este confessou a autoria do crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com os critérios de valoração da prova previstos no CPP, o juiz deverá

- A** designar data para nova audiência de instrução, facultando à acusação a substituição das testemunhas por ela arroladas.
- B** condenar o acusado, uma vez que ele confessou o crime.
- C** interrogar novamente o acusado, com a advertência de que eventual mudança nas suas declarações não implicará infração penal.
- D** absolver o acusado, por insuficiência de provas.
- E** facultar à acusação a produção de novas provas.

Questão 37

O Ministério Público do Estado do Ceará ofereceu denúncia contra Francisco, imputando-lhe a prática do crime de corrupção passiva. O juízo da comarca de Fortaleza determinou a citação do acusado, que apresentou defesa no prazo legal, na qual arguiu a prescrição e requereu a extinção da pretensão punitiva. Ao apreciar a manifestação do acusado, o juízo criminal indeferiu o pedido de reconhecimento da prescrição e determinou o prosseguimento do feito.

Na situação hipotética apresentada, contra a decisão do juízo criminal

- A** é cabível apenas revisão criminal, cujo processamento e julgamento são de competência do próprio juízo criminal que proferiu a decisão.
- B** não é cabível recurso.
- C** é cabível recurso de apelação, cujo processamento e julgamento são de competência do tribunal de justiça estadual.
- D** é cabível apenas *habeas corpus*, cujo processamento e julgamento são de competência do próprio juízo criminal que proferiu a decisão.
- E** é cabível recurso em sentido estrito, cujo processamento e julgamento são de competência do tribunal de justiça estadual.

Questão 38

Francisco, reincidente na mesma conduta delituosa, foi flagrado por José, gerente da fazenda de Roberto, no momento em que tentava furtar dois bois reprodutores de alto valor da propriedade rural. Com o auxílio de outros empregados da fazenda, José conseguiu conter Francisco e o conduziu imediatamente à delegacia de polícia da região. A autoridade policial colheu o depoimento de todos os envolvidos e de duas testemunhas que presenciaram o fato delituoso e que confirmaram a suspeita da tentativa de furto.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CPP, a autoridade policial

- A** deverá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco e recolhê-lo à prisão, exceto no caso de ele se livrar solto ou de prestar fiança, visto que o flagrante realizado por José é legal e classificado pela doutrina como flagrante perfeito ou real.
- B** poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, desde que o proprietário da fazenda ofereça representação contra ele.
- C** não poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, pois José não é o proprietário dos animais objeto da tentativa de furto.
- D** não poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, uma vez que a prisão em flagrante realizada por José é considerada hipótese de flagrante ilegal.
- E** deverá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, uma vez que a prisão em flagrante realizada por José foi legal, sendo denominada pela doutrina de flagrante imperfeito ou quase-flagrante.

Questão 39

Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

- I O arquivamento de inquérito policial (IP) em virtude do reconhecimento de legítima defesa impede a instauração de novo IP e a propositura de ação penal acerca do mesmo fato delituoso.
- II A acareação e a reprodução simulada dos fatos podem ser realizadas pela autoridade policial, desde que haja autorização judicial.
- III A autoridade policial tem legitimidade para representar ao juízo competente acerca do sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração penal objeto do inquérito policial por ele presidido.
- IV É vedado ao Ministério Público realizar investigações mediante procedimento investigatório distinto do inquérito policial.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e III estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 40

No que se refere a jurisdição e competência no âmbito do direito processual penal, julgue os itens a seguir.

- I Compete ao tribunal do júri da justiça federal o julgamento de crime de homicídio doloso de agente público federal cometido com a intenção de obstar ou dificultar o exercício de suas atribuições.
- II A competência especial por prerrogativa de função somente pode ser fixada pela Constituição Federal de 1988, pelas constituições estaduais e pelo CPP.
- III Compete à justiça comum estadual processar e julgar criminalmente prefeito que praticar o crime de desvio de verba federal transferida e incorporada ao patrimônio do município.
- IV A competência criminal é exercida exclusivamente pela justiça comum estadual, pela justiça federal e pela justiça militar.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 41

A Lei n.º 7.716/1989, conhecida popularmente como Lei de Combate ao Racismo, prevê punição para as atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionadas a aspectos como

- A etnia e idade.
- B gênero e idade.
- C etnia e gênero.
- D religião e procedência nacional.
- E gênero e procedência nacional.

Questão 42

Em cumprimento de mandado de busca e apreensão, verificou-se que um indivíduo detinha material com conteúdo de pornografia infantil, bem como que haviam sido feitos diversos uploads transmitidos pelo computador desse indivíduo.

Conforme a jurisprudência do STJ a respeito dos crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que, na situação hipotética precedente, está configurado

- A continuidade delitiva entre os crimes de transmissão e de armazenamento de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.
- B crime único de transmissão de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.
- C crime único de armazenar, por qualquer meio, conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.
- D concurso material dos crimes de transmissão e de armazenamento de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.
- E concurso formal dos crimes de transmissão e de armazenamento de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

Questão 43

A Lei n.º 4.737/1965 prevê que a pena aplicável ao agente dos crimes de calúnia, injúria e difamação no âmbito eleitoral será aumentada em razão do seu cometimento

- A em caso de retorção imediata.
- B contra candidato eleito.
- C com menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- D com uso de violência ou grave ameaça.
- E contra pessoa maior de 60 anos de idade.

Questão 44

É cabível a transação penal nos crimes de trânsito puníveis com pena privativa de liberdade de até dois anos, salvo quando

- I o agente os cometer sob a influência de álcool.
- II o agente os cometer ao participar, em via pública, de corrida não autorizada pela autoridade competente.
- III o agente os cometer ao transitar a velocidade que exceda a 50 km/h a velocidade máxima permitida para a via.
- IV o seu cometimento resultar em lesão corporal a terceiro.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens II e IV estão certos.
- C Apenas os itens III e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 45

Segundo a jurisprudência do STJ, a transação penal nas ações penais privadas

- A pode ser oferecida, apenas pelo Ministério Público, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, desde que a cumulação das penas não ultrapasse tal limite.
- B é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, pois só se admite transação penal nas ações penais públicas.
- C pode ser oferecida, apenas pelo Ministério Público, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, mesmo que a cumulação das penas ultrapasse esse limite.
- D pode ser oferecida, pelo ofendido, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, desde que a cumulação das penas não ultrapasse tal limite.
- E pode ser oferecida, apenas pelo ofendido, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, mesmo que a cumulação das penas ultrapasse esse limite.

Questão 46

A Lei n.º 11.343/2006 prevê requisitos para a redução da pena aplicável ao crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 do referido diploma legal. A respeito de tal previsão, a jurisprudência do STJ estabelece que

- A não se aplica a minorante quando o referido crime for cumulado com associação para o tráfico, pois, nessa hipótese, ele será considerado crime hediondo.
- B a condição de mula, por si só, garante ao agente do crime a aplicação da minorante.
- C a aplicação da minorante depende do preenchimento concomitante de todos os requisitos legalmente estabelecidos.
- D a pequena quantidade de droga apreendida, por si só, garante ao agente do crime a aplicação da minorante.
- E é incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Questão 47

Com base na jurisprudência do STJ acerca das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), assinale a opção correta.

- Ⓐ As citadas medidas devem ser revogadas caso o inquérito policial seja concluído sem o indiciamento do acusado.
- Ⓑ O deferimento das citadas medidas é condicionado à demonstração específica, pela vítima, da subjugação feminina.
- Ⓒ O réu deve ser citado para oferecer contestação após eventual decretação das citadas medidas.
- Ⓓ As citadas medidas são extintas sempre que houver arquivamento do inquérito policial.
- Ⓔ As citadas medidas têm natureza jurídica de tutela inibitória, por isso sua vigência depende da existência de boletim de ocorrência, de inquérito policial e de processo cível ou criminal.

Questão 48

De acordo com a Lei n.º 9.613/1998 e a jurisprudência do STJ, o acesso aos dados cadastrais (qualificação pessoal, filiação e endereço) de investigado por crime de lavagem de dinheiro mantidos pela justiça eleitoral é garantido

- Ⓐ ao juiz e ao promotor de justiça apenas, independentemente de autorização judicial.
- Ⓑ ao juiz, ao delegado de polícia e ao promotor de justiça, independentemente de autorização judicial.
- Ⓒ ao juiz e ao promotor de justiça, necessariamente mediante autorização judicial.
- Ⓓ ao juiz e ao delegado de polícia apenas, independentemente de autorização judicial.
- Ⓔ ao juiz, ao delegado de polícia e ao promotor de justiça, necessariamente mediante autorização judicial.

Questão 49

De acordo com a Lei n.º 14.344/2022, que dispõe sobre prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, o afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a vítima poderá ser determinado

- Ⓐ pela autoridade judicial, apenas.
- Ⓑ por policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- Ⓒ pelo membro do Ministério Público, quando o município não for sede de comarca.
- Ⓓ pela autoridade judicial ou pelo conselho tutelar, quando o município não for sede de comarca.
- Ⓔ pelo delegado de polícia, preferencialmente, ou pela autoridade judicial.

Questão 50

Tendo determinado trabalhador sofrido uma lesão decorrente de acidente de trabalho, a autoridade policial solicitou que ele fosse avaliado para determinar sua capacidade para as atividades laborais. O médico-legista deve, após a avaliação, emitir o documento médico-legal que comprove a gravidade de lesão corporal decorrente de determinado acidente de trabalho e a capacidade do trabalhador acidentado para realizar suas atividades laborais.

Nessa situação hipotética, o documento médico-legal mais apropriado a ser emitido é

- Ⓐ a notificação compulsória.
- Ⓑ a consulta médico-legal.
- Ⓒ a comunicação de acidente de trabalho.
- Ⓓ a declaração médica.
- Ⓔ o laudo médico-legal.

Questão 51

Em medicina legal e nas ciências forenses, o exame de corpo de delito

- Ⓐ é de competência privativa do perito oficial em qualquer foro — penal, cível ou administrativo.
- Ⓑ deve ser feito em dia e local previamente determinados.
- Ⓒ tem como objetivo a análise de qualquer objeto encontrado no local de um crime.
- Ⓓ tem como objetivo a análise do conjunto de vestígios materiais resultantes de um crime.
- Ⓔ é o exame necessariamente realizado no corpo da vítima de um crime.

Questão 52

Uma pessoa que sofreu lesão corporal dolosa alegou ter sido agredida com pauladas, socos, pontapés e tapas. A lesão mais grave dolorosa, que a incapacitava de deambular, era uma lesão na região inguinal (raiz da coxa) esquerda, provocada por chute. Durante o exame da vítima, que foi realizado mais de quatro dias após a violência, o médico-legista notou uma coleção de tonalidade azul-violácea no joelho do mesmo lado daquela lesão. O periciando referiu que neste local não havia sofrido agressão.

Pelas características da formação azul-violácea descrita na situação hipotética apresentada, é correto concluir a existência de

- Ⓐ bossa sanguínea.
- Ⓑ equimose profunda à distância.
- Ⓒ fratura oculta.
- Ⓓ hematoma sinovial.
- Ⓔ equimose externa ou superficial.

Questão 53

A respeito de lesões provocadas por ação química, assinale a opção correta.

- Ⓐ O efeito coagulante das substâncias químicas cáusticas produz escaras úmidas.
- Ⓑ Substâncias cáusticas provocam escaras pardas, endurecidas tipo vitriolagem.
- Ⓒ Nos casos de lesões criminosas por ação química, geralmente as partes mais visadas pelos agressores são a genitália e as nádegas.
- Ⓓ Ácidos produzem escaras úmidas e de cores variadas: por exemplo, pardas, amareladas ou avermelhadas.
- Ⓔ Substâncias cáusticas, de modo geral, causam reações exotérmicas, com liberação de grande quantidade de calor, o que provoca lesões equivalentes a queimaduras.

Questão 54

Em relação à cronotanatognose, assinale a opção que apresenta, respectivamente, a correta sequência das fases da putrefação, conforme sua ordem cronológica, e exemplos de fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam sua marcha.

- Ⓐ período de coloração, período gasoso, período coliquativo e esqueletização; idade, peso, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade
- Ⓑ período de coloração, período gasoso, período coliquativo e esqueletização; idade, orientação sexual, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade
- Ⓒ período de coloração, período gasoso, autólise e esqueletização; idade, peso, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade
- Ⓓ período de coloração, período gasoso, período coliquativo e mumificação; idade, peso, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade
- Ⓔ maceração, período gasoso, período coliquativo e esqueletização; idade, peso, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade

Questão 55

Em se tratando do crime de infanticídio, os elementos periciais do binômio materno-fetal caracterizadores do delito incluem

- I prova da condição de nascendo ou recém-nascido.
- II prova de vida extrauterina.
- III diagnóstico da causa da morte fetal.
- IV exame de comprovação de estado puerperal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 56

No processo de identificação humana por meio do estudo do esqueleto, pode-se realizar a estimativa do sexo biológico pelas características médico-legais e morfológicas ósseas, examinadas em fase pós-pubertária. Nesse caso, os achados mais evidentes da diferença sexual de relevante importância no chamado dimorfismo encontram-se

- A na tíbia.
- B no crânio.
- C na pelve.
- D na omoplata.
- E no fêmur.

Questão 57

Um indivíduo foi vítima de disparo de arma de fogo de alta energia ou alta velocidade. No exame do corpo da vítima no local do crime e em necropsia, observou-se a formação de uma cavidade maior que o diâmetro do projétil no tecido lesionado.

Nessa situação hipotética, o fenômeno responsável pela formação da cavidade conforme descrita chama-se

- A aréola de contusão, correspondente à área de lesão tecidual causada pela compressão e destruição do tecido ao redor do trajeto do projétil no orifício de saída.
- B cavitação permanente, resultante da passagem do projétil com destruição tecidual mínima e fugaz.
- C orla de esfumaçamento, resultante da deposição de resíduos de pólvora e fuligem na pele ao redor do ferimento de entrada.
- D cavitação temporária, causada pela onda de choque e pela transferência de energia cinética do projétil para os tecidos.
- E zona de tatuagem, decorrente do depósito de resíduos de pólvora na pele ao redor do ferimento de entrada.

Questão 58

A respeito de abordagens epistemológicas que embasam as teorias abolicionistas da criminologia, julgue os itens a seguir.

- I Louk Hulsman, sob uma perspectiva fenomenológica, recusou a ideia de crime como uma categoria ontológica, sustentou que o sistema penal cria realidades artificiais por meio de linguagens excludentes e processos simbólicos de rotulação, e propôs sua substituição por práticas de comunicação e diálogo entre infratores e vítimas, com vistas a uma solução consensual e efetiva para os conflitos.
- II Thomas Mathiesen adotou uma abordagem marxista do abolicionismo, tendo reconhecido o sistema penal como um instrumento funcional à ordem capitalista, voltado à contenção das classes subordinadas e à manutenção das relações de dominação, razão pela qual defendeu a redução da necessidade do sistema penal por meio da adoção de políticas sociais para a diminuição do desemprego e da pobreza e pela descriminalização das drogas.
- III Por meio de uma abordagem fenomenológica-historicista, Nils Christie estabeleceu uma crítica ao sistema penal ocidental contemporâneo, com base na ideia de que ele expropria das partes o processo de resolução do conflito, e defendeu uma justiça participativa e comunitária para a pacificação social do conflito.
- IV No abolicionismo penal, um dos movimentos atuais de política criminal, sustenta-se a crítica de que o sistema penal não apenas falha em sua função declarada, mas também produz sofrimento institucionalizado, sendo incompatível com os ideais de justiça, dignidade e democracia substantiva.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 59

Acerca das teorias sociológicas do crime, julgue os itens que se seguem.

- I A teoria da desorganização social, defendida por Robert Park e Ernest Burgess, atribui o incremento da criminalidade nas grandes cidades à debilidade do controle social informal, à desordem e à falta de integração e sentimento de solidariedade entre seus membros.
- II A teoria da anomia, proposta por Robert King Merton, pressupõe que o comportamento criminoso é resultado da ausência de normas sociais e morais em contextos de desorganização cultural, sem considerar a estrutura de oportunidades legítimas e a tensão entre meios institucionalizados e fins culturais.
- III A teoria da rotulação social (*labelling approach*), sustentada por Howard Becker e Edwin Lemert, desloca o foco do ato desviante para a reação social, compreendendo o desvio como o resultado de um processo interacional que estigmatiza o indivíduo, potencializando o desvio secundário.
- IV A teoria das janelas quebradas, defendida por Wilson e Kelling, parte do pressuposto de que a tolerância a pequenos sinais de desordem e incivilidade em espaços urbanos favorece o aumento da criminalidade, legitimando práticas de controle imediato e repressivo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 60

Em sua crítica ao modelo carcerário das sociedades capitalistas contemporâneas, Alessandro Baratta analisou os efeitos do encarceramento, tendo distinguido duas dimensões centrais: a perda de contato com os valores sociais do mundo externo (desculturação) e a prisionalização (aculturação carcerária). Consoante essa análise,

- Ⓐ a aculturação prisional representa um mecanismo de resistência do preso em face da repressão estatal, sendo expressão autêntica de autonomia política e reabilitação moral.
- Ⓑ o cárcere, embora cause certo abalo psíquico inicial, cumpre efetivamente a função de ressocialização ao proporcionar autorreflexão e ruptura com valores antissociais, desde que mantido o isolamento do preso.
- Ⓒ a prisão produz um processo de ressocialização espontânea, em que o preso recupera o senso de responsabilidade social ao assumir, dentro do presídio, funções disciplinares reconhecidas pela administração.
- Ⓓ o modelo prisional contemporâneo, ao evitar a interferência de lideranças internas, assegura a função educativa do encarceramento e desestimula a formação de identidades criminais ou conformistas.
- Ⓔ a experiência carcerária constitui mecanismo de controle social formal cuja função é, em grande parte, reprodutora da exclusão, promovendo o afastamento do preso dos valores sociais convencionais e facilitando sua adaptação à lógica carcerária.

Questão 61

No que diz respeito ao controle social, objeto de estudo da criminologia, julgue os itens seguintes.

- I O controle social informal é exercido pela sociedade civil, mediante a difusão de regras sociais que são internalizadas na sociedade, para promover a educação do indivíduo no contexto social.
- II Diversos órgãos são responsáveis pelo controle social formal, por exemplo, a polícia judiciária, o Ministério Público e o Poder Judiciário, e tal controle se subdivide em três seleções, enquadrando-se a atuação da polícia na denominada primeira seleção.
- III Denomina-se segunda seleção a classificação que corresponde ao andamento do processo judicial criminal, no qual podem ocorrer a condenação do autor pelo fato criminoso e a aplicação da respectiva pena cabível.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 62

Durante uma operação policial em uma comunidade periférica, agentes da polícia civil efetuaram prisões em flagrante de 15 jovens por tráfico de drogas. Após a lavratura dos autos de prisão, a autoridade policial representou pela prisão preventiva da maioria dos conduzidos. O Ministério Público, ao analisar os autos, ofereceu denúncia apenas contra cinco dos quinze presos, sob o argumento de insuficiência probatória em relação aos demais. O juiz, ao receber a denúncia, proferiu sentença condenatória contra três dos acusados e absolveu os outros dois por ausência de provas.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à aplicação do conceito de controle social formal, conforme a doutrina criminológica.

- Ⓐ O controle social formal atua de maneira indiferenciada, sem filtros ou seleções, sendo a lei penal aplicada igualmente a todos os envolvidos em fato criminoso.
- Ⓑ A atuação da polícia civil representa a primeira seleção do sistema penal.
- Ⓒ A representação da autoridade policial pela prisão preventiva corresponde à segunda seleção do sistema penal.
- Ⓓ A decisão do Ministério Público de denunciar apenas parte dos investigados caracteriza a primeira seleção, haja vista a escolha de quem deveria responder judicialmente.
- Ⓔ O julgamento e a condenação dos jovens pelo Poder Judiciário refletem a segunda seleção, pois é nesse momento que ocorre a triagem processual efetiva do sistema de justiça criminal.

Questão 63

A respeito da concepção do delinquente como objeto da criminologia, segundo diferentes escolas criminológicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com a escola correccionalista, o criminoso é um indivíduo que necessita de correção e a pena tem função terapêutica.
- Ⓑ Segundo a escola clássica, o delinquente é um ser patológico, biologicamente determinado ao crime, e a pena deve ser terapêutica, com vistas à reabilitação moral do criminoso.
- Ⓒ De acordo com a escola positivista, o criminoso é um ser racional, moralmente responsável por suas escolhas, e a sanção tem função retributiva.
- Ⓓ Segundo a visão correccionalista, o criminoso deve ser neutralizado, pois representa um perigo irreversível à ordem social, sendo a pena dotada de natureza meramente retributiva.
- Ⓔ A escola correccionalista rompe com o determinismo positivista ao considerar o criminoso um infrator ocasional, que deve ser punido exemplarmente para fins de prevenção geral.

Questão 64

O conceito de delito não é exatamente o mesmo para o direito penal e para a criminologia. No direito penal, delito é a ação ou omissão típica, ilícita e culpável. Na criminologia, no entanto, como o crime deve ser encarado como um fenômeno comunitário e como um problema social, tal conceituação é insuficiente. Ademais, que fatores levam os homens, vivendo em sociedade, a “promover” um fato humano corriqueiro à condição de crime?

Sérgio Salomão Shecaira. *Criminologia*. 6.ª ed., rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 46 (com adaptações).

Tendo como referência inicial as informações do texto precedente, assinale a opção em que são citados elementos constitutivos do delito conforme a perspectiva da criminologia.

- Ⓐ incidência massiva na população, incidência aflitiva do ato praticado, persistência espaço-temporal do ato delituoso e consenso sobre sua etiologia e técnicas de intervenção eficazes
- Ⓑ lesividade presumida, reprovabilidade moral, indignação pública e resposta penal proporcional ao bem jurídico violado
- Ⓒ tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade
- Ⓓ previsão legal expressa, adequação típica formal, resultado naturalístico e ausência de excludentes de ilicitude
- Ⓔ gravidade abstrata do fato, potencial ofensivo presumido, sanção penal cominada e repercussão midiática

Questão 65

Um dos expoentes da escola positivista da criminologia, Cesare Lombroso

- Ⓐ defendia o determinismo social, apontando fatores antropológicos, sociais e físicos como as causas do delito.
- Ⓑ classificava os delitos em legais e naturais.
- Ⓒ desenvolveu uma tipologia penal baseada nos conceitos de dolo e culpa, com foco no fato jurídico.
- Ⓓ adotou o método empírico-indutivo em suas investigações, sendo essa sua principal contribuição para a criminologia.
- Ⓔ defendia o livre-arbítrio como fundamento da imputabilidade penal.

Questão 66

A escola clássica da criminologia

- Ⓐ sustentou que a finalidade precípua de prevenção especial da pena é atuar como instrumento de defesa social.
- Ⓑ representou o nascimento da criminologia científica, a partir da publicação da obra **Dos delitos e das penas**, de Cesare Beccaria.
- Ⓒ centralizou seus estudos na figura do delinquente e fundamentou a responsabilidade penal na teoria determinista.
- Ⓓ fundamentou a responsabilidade penal no livre-arbítrio e na autodeterminação do indivíduo.
- Ⓔ buscou explicar cientificamente as causas do delito, a partir do método empírico-indutivo.

Questão 67

Acerca da capacidade e da personalidade civil da pessoa natural, assinale a opção correta.

- Ⓐ São absolutamente incapazes os menores de 16 anos de idade, os ébrios habituais, os viciados em tóxico e os pródigos.
- Ⓑ Conforme a teoria concepcionista, a personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida.
- Ⓒ A legislação brasileira determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade civil do cidadão brasileiro, independentemente do país onde ele seja domiciliado.
- Ⓓ O Código Civil adota a teoria da personalidade condicionada, pois prevê que a personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, mas assegura os direitos do nascituro desde a concepção.
- Ⓔ A teoria da capacidade reduzida assegura os direitos patrimoniais do nascituro a partir da concepção.

Questão 68

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

- Ⓐ A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- Ⓑ Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país no primeiro dia útil após sua publicação.
- Ⓒ Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se no primeiro dia útil do ano seguinte ao de sua publicação.
- Ⓓ A lei revogada se restaura, de imediato, em razão da perda da vigência da lei que a revogou.
- Ⓔ Lei nova que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

Questão 69

No que se refere à aquisição da propriedade conforme o disposto no Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aquele que possuir coisa móvel como sua, continuamente e sem contestação, com justo título e boa-fé, por no mínimo dois anos, adquirir-lhe-á a propriedade por usucapião.
- Ⓑ Adquire a propriedade do imóvel aquele que, continuamente e sem contestação, com justo título e boa-fé, o possuir por cinco anos, independentemente de qualquer outra condição.
- Ⓒ Aquele que possuir como seu um imóvel, sem interrupção nem oposição, por dez anos, ainda que nele não tenha estabelecido sua moradia habitual nem realizado obras ou serviços de caráter produtivo, torna-se seu proprietário, independentemente de título e da boa-fé.
- Ⓓ Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 m², ininterruptamente e sem oposição, por cinco anos, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo sendo proprietário de outro imóvel.
- Ⓔ Aquele que exercer por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, de imóvel urbano de até 250 m² cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Questão 70

Acerca dos processos de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na cisão, uma das sociedades desaparece e a remanescente permanece ativa, absorvendo a estruturação patrimonial daquela.
- Ⓑ Nas operações de incorporação, fusão e cisão entre companhias abertas, as sociedades que se sucederem serão abertas ou fechadas.
- Ⓒ O ato de transformação acarreta a dissolução da sociedade transformada, surgindo em seu lugar uma nova sociedade.
- Ⓓ Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para a formação de sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- Ⓔ No processo de incorporação, desaparecem todas as sociedades e surge uma sociedade com estrutura decorrente da incorporação.

Questão 71

Assinale a opção correta em relação à responsabilidade civil.

- Ⓐ A culpa decorrente da negligência está associada à falta de aptidão ou habilidade específica para a realização de uma atividade técnica ou científica.
- Ⓑ A teoria da culpa pressupõe a intenção deliberada do agente em ofender o direito ou ocasionar prejuízo a outrem.
- Ⓒ A responsabilidade civil objetiva é aquela entre cujos pressupostos se encontra o elemento culpa.
- Ⓓ A teoria do risco profissional é restrita à responsabilidade subjetiva dos empregadores por acidentes causados diretamente a seus empregados.
- Ⓔ A teoria do risco administrativo exclui a necessidade de se provar a culpa do agente estatal para fins de responsabilização civil, entretanto requer que o dano sofrido e o nexo de causalidade estejam interligados com a atividade pública.

Questão 72

Considerando as disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- Ⓑ A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando verificada sua inexistência.
- Ⓒ Todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, independentemente da quantidade de cotas que cada um possua.
- Ⓓ Para a constituição de uma sociedade limitada, exigem-se, pelo menos, duas pessoas.
- Ⓔ Para a constituição das quotas do capital social, admite-se contribuição que consista na prestação de serviços.

Questão 73

A respeito da recuperação judicial e da extrajudicial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas à recuperação extrajudicial.
- Ⓑ É assegurado ao devedor em processo de recuperação judicial requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial simultaneamente.
- Ⓒ É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- Ⓓ A rejeição do plano de recuperação judicial ou extrajudicial acarretará, de imediato, a decretação de falência.
- Ⓔ O processo de recuperação extrajudicial não abrange créditos trabalhistas.

Questão 74

No que se refere ao processo falimentar, assinale a opção correta.

- Ⓐ O devedor não é habilitado a requerer a própria falência.
- Ⓑ São eficazes, em relação à massa falida, os atos praticados a título gratuito desde dois anos antes da decretação da falência.
- Ⓒ Na falência, são exigíveis do devedor as despesas que os credores fizerem para tomar parte no processo falimentar.
- Ⓓ A decretação da falência implica a suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime falimentar.
- Ⓔ O juízo indivisível da falência é o competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, incluídas causas trabalhistas e fiscais.

Questão 75

Em relação aos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- Ⓐ O credor pode recusar o pagamento parcial do título de crédito no seu vencimento.
- Ⓑ A omissão de qualquer requisito legal, caso tire ao escrito sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- Ⓒ Após pagar o título de crédito, o avalista não tem a prerrogativa de ação de regresso contra o avalizado e demais coobrigados anteriores.
- Ⓓ A transferência do título de crédito implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.
- Ⓔ O pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada pode ser garantido por aval parcial.

Questão 76

Assinale a opção correta de acordo com as normas fundamentais do processo civil.

- Ⓐ O *venire contra factum proprium* não se aplica aos serventúrios da justiça, uma vez que eles não participam do processo.
- Ⓑ Embora não se aplique aos deveres e à aplicação de sanções processuais, a paridade de tratamento entre as partes é assegurada em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais.
- Ⓒ Há ofensa ao princípio da cooperação previsto no Código de Processo Civil (CPC) na hipótese de o tribunal conferir classificação jurídica a fatos controvertidos contrários à pretensão da parte, mediante a aplicação da lei aos fatos narrados nos autos.
- Ⓓ É vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório no decorrer do processo, sob pena de violação ao princípio da não surpresa previsto no Código de Processo Civil (CPC).
- Ⓔ O dever de colaboração processual não implica dever do juiz de auxiliar as partes para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Questão 77

Acerca da competência no processo civil, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF e do STJ.

- Ⓐ Ação ordinária que vise impugnar ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) praticado no exercício do seu poder normativo deve ser processada e julgada pela justiça federal de 1.ª instância.
- Ⓑ A competência para julgamento de ação de indenização por danos morais movida em decorrência de ofensas proferidas em rede social é do foro do domicílio do réu.
- Ⓒ Segundo entendimento do STF, compete à justiça do trabalho o julgamento de ação ajuizada por empregado público celetista com pedido de natureza administrativa contra o poder público.
- Ⓓ A competência para processar e julgar ações de reconhecimento de união estável, salvo quando propostas após o falecimento do convivente e na ausência de filhos incapazes, é do juízo correspondente ao último domicílio do casal.
- Ⓔ Compete ao STJ conhecer e julgar conflito de competência estabelecido entre tribunais arbitrais, que ostentam natureza jurisdicional, ainda que vinculados à mesma câmara de arbitragem, se a solução interna para o impasse criado não for objeto de disciplina regulamentar.

Questão 78

Assinale a opção correta acerca das tutelas provisórias.

- Ⓐ O indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente por reconhecimento de prescrição não impede que a parte formule o pedido principal.
- Ⓑ É admitido o cumprimento provisório de *astreintes* fixadas em tutela antecedente, ainda que inexista confirmação pela sentença de mérito.
- Ⓒ A medida concedida na tutela cautelar requerida em caráter antecedente não perde sua eficácia caso não haja a formulação do pedido principal.
- Ⓓ A obrigação de indenizar o dano causado pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada é consequência da improcedência do pedido, razão pela qual não se exige pronunciamento expresse na sentença.
- Ⓔ Os danos causados a partir da execução de tutela antecipada suscitam responsabilidade processual objetiva, devendo ser reparados em procedimento de liquidação levado a efeito em autos apartados.

Questão 79

Com relação à modificação da competência, prevista no CPC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar riscos de prolação de decisões conflitantes, desde que haja conexão entre eles.
- Ⓑ Dá-se conexão entre duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- Ⓒ Reputam-se conexas duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- Ⓓ A competência determinada em razão da matéria poderá ser derogada por convenção das partes.
- Ⓔ O ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.

Questão 80

No que diz respeito às provas no direito processual civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A confissão judicial, espontânea ou provocada, a depender das circunstâncias em que emitida, pode fazer prova contra o confitente e os litisconsortes.
- Ⓑ É nula perícia elaborada por perito médico não especialista na área de conhecimento da perícia.
- Ⓒ No procedimento de produção antecipada de prova, a previsão expressa do CPC de que não se admitirá defesa ou recurso não comporta interpretação meramente literal, sob pena de se incorrer em grave ofensa ao correlato princípio processual, à ampla defesa, à isonomia e ao devido processo legal.
- Ⓓ Equipara-se às regras de experiência comum o conhecimento técnico ou científico do magistrado, o qual pode, com base nisso, dispensar a realização de perícia para avaliar bem imóvel objeto de penhora.
- Ⓔ O juiz não pode atribuir o ônus da prova de modo diverso do previsto em lei na hipótese de excessiva dificuldade da parte de cumprir o encargo.

Questão 81

Com base nas regras previstas no CPC a respeito da competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ É competente o foro da situação da coisa para a propositura de ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, até mesmo aeronaves.
- Ⓑ A competência é fixada por ocasião da distribuição da petição inicial, devendo-se considerar, contudo, eventuais alterações nos critérios de fixação da competência em razão do território, do valor ou da matéria.
- Ⓒ A ação fundada em direito real sobre bens móveis deve ser proposta, em regra, de acordo com o critério *lex rei sitae*.
- Ⓓ Em demanda em que seja ré sociedade sem personalidade jurídica, a competência é fixada de acordo com o domicílio do autor.
- Ⓔ A ação possessória imobiliária deve ser proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

Questão 82

Considerando o entendimento do STF e do STJ acerca de jurisdição, competência e efeitos das decisões e dos processos coletivos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A propositura de ação civil pública não impede o ajuizamento de ação individual com idêntico objeto e causa de pedir, nem interrompe o prazo prescricional de eventual demanda individual já proposta.
- Ⓑ Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, a fixação da competência deverá ser firmada pela melhor efetivação dos direitos fundamentais.
- Ⓒ A sentença prolatada em ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- Ⓓ Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve ser fixada no foro do Distrito Federal.
- Ⓔ A eficácia do título judicial resultante de ação coletiva promovida por sindicato de âmbito estadual está restrita aos integrantes da categoria profissional, filiados ou não, com domicílio necessário na base territorial da entidade sindical autora, bem como àqueles em exercício provisório ou em missão em outra localidade.

Questão 83

No que diz respeito a provas em espécie, assinale a opção correta de acordo com o CPC.

- Ⓐ O juiz somente pode indeferir a prova pericial quando a prova do fato não depender de conhecimento técnico especial ou quando a verificação da prova for impraticável.
- Ⓑ A confissão é irrevogável e somente pode ser anulada se decorrer de coação.
- Ⓒ Nos casos de impugnação da autenticidade de prova documental, o ônus da prova caberá àquele que impugnou a sua autenticidade.
- Ⓓ Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- Ⓔ Em regra, a confissão é indivisível, admitindo-se, entretanto, a sua cisão quando o confitente aduzir fatos novos capazes de constituir fundamento de defesa de direito material.

Questão 84

Consoante o CPC, no procedimento da tutela de urgência, cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se

- I o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal.
- II não for efetivada a tutela em, no máximo, 15 dias.
- III o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor.
- IV o juiz extinguir o processo sem resolução do mérito.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 85

O sistema tributário nacional (STN) compreende o conjunto de normas constitucionais e infraconstitucionais que disciplinam a tributação. A complexidade de tal sistema advém tanto da disciplina constitucional quanto do modelo federativo adotado, caracterizado pela autonomia recíproca entre União e estados-membros e municípios, constituindo-se, assim, a pluralidade de pessoas dotadas de competência legislativa para instituir tributos. A respeito dos tributos, julgue os itens que se seguem.

- I De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, ainda que constitua sanção de ato ilícito, como é o caso da taxa para retirada de veículo apreendido por infração de trânsito, que inclui custos de guincho e estadia no pátio.
- II De acordo com disposição literal do CTN, são tributos os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.
- III A Constituição Federal de 1988 prevê cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 86

A respeito do fato gerador da obrigação tributária, assinale a opção correta de acordo com o CTN e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** É permitido que a autoridade administrativa desconsidere atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos previstos em lei ordinária, sendo tal prática considerada constitucional pelo STF.
- B** O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha necessariamente a prática de um ato que estabeleça comportamentos comissivos ao sujeito passivo da obrigação tributária.
- C** Em se tratando de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos desde o momento em que se verificam as circunstâncias materiais necessárias para a produção dos efeitos que normalmente lhe são próprios.
- D** A definição legal do fato gerador deve ser interpretada abstraindo-se apenas os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- E** O fato gerador da obrigação principal é a situação definida na lei ou no regulamento do fisco como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Questão 87

A respeito do fato gerador dos tributos, à luz do CTN e do entendimento jurisprudencial do STJ, julgue os itens seguintes.

- I O CTN consagra o princípio do *non olet*, segundo o qual o produto de atividade ilícita é passível de tributação, desde que realizada, no mundo dos fatos, a hipótese de incidência da obrigação tributária.
- II Eventual renda obtida por meio de tráfico de drogas deve ser tributada, já que o que se tributa é o aumento patrimonial, e não o tráfico em si, sendo a ilicitude circunstância accidental à aplicação da norma de tributação.
- III De acordo com o STJ, no caso de importação ilícita de mercadorias, reconhecida a sua ilicitude e aplicada a pena de perdimento dos bens àquele que realizou a importação, não lhe poderá ser cobrado o imposto de importação, já que a conduta de importar mercadorias é elemento essencial do tipo tributário e a ilicitude da importação afeta a própria incidência da regra tributária.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 88

Em relação aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, julgue os itens seguintes, de acordo com o CTN.

- I As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem, em qualquer hipótese, ser opostas à fazenda pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- II A pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária é denominada sujeito passivo da obrigação principal.
- III Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 89

Acerca da capacidade tributária e do domicílio tributário, assinale a opção correta de acordo com as disposições do CTN.

- A O domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito privado, assim como o das firmas individuais, corresponde ao lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o lugar de cada estabelecimento.
- B Considera-se domicílio tributário de uma pessoa natural a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, qualquer local onde a pessoa possa ser encontrada.
- C A capacidade tributária passiva, isto é, a aptidão de uma pessoa para figurar no polo passivo de uma obrigação tributária, depende de sua capacidade civil, de modo que uma pessoa absolutamente incapaz não pode ser sujeito passivo de uma obrigação tributária.
- D A capacidade tributária passiva depende de a pessoa natural considerar-se sujeita a medidas que importem, por exemplo, a privação ou limitação do exercício de atividades civis ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- E Uma pessoa jurídica em situação irregular por lhe faltar a regular inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, mesmo que configure uma unidade econômica ou profissional, não pode ser tributada.

Questão 90

O poder de tributar é expressão da soberania estatal, mas não é absoluto. Ao contrário, é moldado por um conjunto de limitações constitucionais que atuam como garantias individuais e coletivas contra os abusos do fisco. A respeito das limitações ao poder de tributar, julgue os itens subsecutivos.

- I De acordo com o STF, aplica-se a imunidade tributária às importações de discos de vinil que contenham obras de artistas brasileiros e tenham sido produzidos no Paraguai, visto que o intuito da norma imunizante é a proteção da criação intelectual brasileira de fonogramas e videofonogramas musicais, independentemente de onde tenha sido criada ou produzida a obra.
- II A imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos se estende aos livros eletrônicos ou digitais, uma vez que a interpretação acerca das imunidades tributárias deve considerar os novos fenômenos sociais, culturais e tecnológicos, evitando-se o esvaziamento das normas imunizantes por mero lapso temporal e visando-se à constante atualização do alcance de seus preceitos.
- III É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e o serviço das entidades religiosas e dos templos de qualquer culto, desde que relacionados com suas atividades essenciais, representando tal vedação uma imunidade subjetiva.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 91

No que diz respeito à prescrição e à decadência do crédito tributário e à solidariedade na responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- A O pagamento efetuado por um dos devedores solidários obrigados não aproveita aos demais, caso seja realizado contrariamente ao interesse dos codevedores.
- B Somente as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador serão solidariamente obrigadas ao pagamento do tributo.
- C Em uma ação de execução fiscal contra um dos devedores solidários, a interrupção da prescrição por meio de despacho do juiz que ordenar a citação do referido devedor se estenderá aos demais devedores.
- D Na solidariedade tributária, deve ser observado o benefício de ordem: a cobrança dos devedores solidários deve respeitar a sequência previamente estabelecida na lei.
- E A isenção ou remissão de um crédito tributário outorgada pessoalmente a um dos devedores solidários exonera os demais obrigados ao pagamento do crédito tributário.

Questão 92

Acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A** Um contribuinte que possua um débito fiscal não poderá obter a extinção da obrigação tributária com a mera dação em pagamento em bens imóveis, ainda que o valor dos bens seja suficiente para a satisfação do débito, dada a falta de liquidez imediata dos referidos bens.
- B** Não se admite a compensação de crédito tributário como meio para a extinção de um crédito tributário, por ausência de previsão legal.
- C** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, entre outras causas, a moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, e o parcelamento.
- D** A moratória não pode ser concedida em caráter geral, devendo sê-lo em caráter individual, por meio de despacho da autoridade administrativa.
- E** Caso a legislação tributária não fixe tempo para o pagamento do crédito tributário, o seu vencimento ocorrerá quinze dias depois da data em que se considerar notificado do lançamento tributário o sujeito passivo.

Questão 93

A inversão do ônus da prova em matéria ambiental é corolário do princípio

- A** da vedação ao retrocesso ambiental.
- B** da prevenção.
- C** da precaução.
- D** do risco integral.
- E** do poluidor-pagador.

Questão 94

De acordo com o Código Florestal, o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais poderá ser permitido mediante prévia aprovação do

- A** sindicato de classe dos trabalhadores da agricultura.
- B** órgão estadual ambiental competente do SISNAMA.
- C** conselho estadual de meio ambiente.
- D** órgão municipal ambiental competente.
- E** órgão gestor de unidades de conservação competente.

Questão 95

Considerando-se as sanções penais e administrativas cabíveis em razão de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por pena restritiva de direitos em função

- A** da duração da pena, quando inferior a quatro anos.
- B** de colaboração do infrator com os agentes de controle ambiental.
- C** do baixo grau de instrução do infrator.
- D** da manifestação de arrependimento do infrator pela reparação espontânea do dano.
- E** de limitação significativa da degradação ambiental causada.

Questão 96

Conforme o Decreto n.º 6.514/2008, se caracterizada reincidência do infrator três anos após decisão administrativa que o condenou por infração ambiental de mesma natureza, será aplicável a ele

- A** nova advertência.
- B** multa em dobro.
- C** multa em triplo.
- D** multa em dobro ou detenção.
- E** multa em triplo ou detenção.

Questão 97

De acordo com o Decreto n.º 6.514/2008, a sanção de advertência poderá ser aplicada em razão do cometimento de infrações administrativas contra o meio ambiente, mediante a lavratura de auto de infração, quando

- A** a multa por unidade de medida for equivalente a um salário mínimo.
- B** a multa consolidada for equivalente a um salário mínimo.
- C** a multa por unidade de medida não exceder o valor de mil reais.
- D** não couber a aplicação da sanção de multa.
- E** o prazo para sanar irregularidades for inferior a seis meses.

Questão 98

Segundo a Lei n.º 9.605/1998, é circunstância que agrava a pena por crime ambiental, quando não o constitui ou o qualifica, o fato de o agente tê-lo praticado

- A** de forma a atingir espécies nativas.
- B** em colaboração com agentes encarregados da vigilância ambiental.
- C** em período de defeso à fauna.
- D** em concurso de pessoas.
- E** após o cometimento de duas ou mais infrações ambientais.

Questão 99

Assinale a opção correspondente à categoria de unidade de conservação definida pela Lei n.º 9.985/2000 como área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e destinada ao objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o seu uso admissível, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

- A** área de relevante interesse ecológico
- B** estação ecológica
- C** área de proteção ambiental
- D** reserva de desenvolvimento sustentável
- E** reserva particular do patrimônio natural

Questão 100

O dever de recuperar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, independentemente da existência de culpa, é um atributo característico da

- A** reparação integral.
- B** responsabilidade subjetiva.
- C** tríplice responsabilidade.
- D** responsabilidade objetiva.
- E** teoria do dano integral.